



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

REUNIÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Palácio do Planalto
21 de setembro

O Presidente José Sarney reúne o Conselho de Segurança Nacional — CSN para anunciar a suspensão da moratória dos juros da dívida externa. Afirma que o acordo a ser assinado não é a solução final, mas é o melhor já obtido por um país do Terceiro Mundo. O Brasil pagará 9,5 bilhões de dólares em juros aos bancos credores e o Governo negociará politicamente a redução do estoque da dívida. O reinício do pagamento dos juros facilitará a retomada do fluxo financeiro para o nosso país, mas não resolverá o problema da dívida, que ficará esperando uma mudança de atitude dos países devedores.

12 de setembro — O Presidente José Sarney autoriza, através de decreto, a emissão de Bônus da Dívida Externa, no valor de US\$ 5 bilhões para serem trocados por títulos da dívida brasileira e de US\$ 1 bilhão para captação de dinheiro novo. As emissões obedecem o acordo da dívida, firmado entre o Brasil e os bancos credores em 22 de junho passado. Os bônus poderão ser convertidos em investimentos no País, através de participação acionária em empresas nacionais ou em obrigações do Tesouro Nacional.

14 de setembro — O prefeito Saturnino Braga anuncia a falência do município do Rio de Janeiro. A única esperança é receber ajuda do Governo Federal.

21 de setembro — Representantes de empresários e trabalhadores avançam em direção ao pacto social. Decidem criar comissão paritária para propor fórmulas de reajuste de preços e salários e firmam documento em que se comprometem a apressar os entendimentos para recolocar o País no caminho do desenvolvimento e da estabilidade. O pacto antiinflação será ampliado, buscando maior participação da sociedade.

— O Ministro Máílson da Nóbrega assina acordo com os bancos para o refinanciamento da dívida externa brasileira. Trata-se do maior acordo já firmado por um país do Terceiro Mundo: são US\$ 82 bilhões entre refinanciamento dos juros, reabertura de linhas de crédito de curto prazo (US\$ 5,2 bilhões) e reescalonamento do principal, com amortização prevista em 20 anos.

Em fevereiro de 1987, assistido pelo Conselho de Segurança Nacional, em virtude de sérias pressões sobre as reservas do País, vi-me compelido a declarar a suspensão temporária do pagamento dos juros devidos aos credores internacionais privados do Brasil.

Desejo hoje informar aos senhores ministros do Conselho de que, após difíceis e prolongadas negociações, o Governo está prestes a firmar com o comitê de bancos credores um acordo que porá fim à situação criada com a suspensão de pagamentos.

O senhor Ministro da Fazenda fará mais adiante uma exposição para esclarecer os termos desse acordo, que permitirá, a um tempo, o reinício dos pagamentos por parte do Brasil, e a retomada dos fluxos financeiros para nosso País e a redução do serviço da dívida.

Antes, porém, da exposição do senhor Ministro da Fazenda desejo compartilhar com os senhores algumas reflexões sobre essa questão, de maneira a colocar sob uma perspectiva adequada o acordo em vias de conclusão com nossos credores.

Poucas situações na história moderna terão tido a magnitude, a complexidade e as conseqüências que a dívida externa encerra na atualidade.

No caso particular do Brasil, encontrei ao assumir o Governo a dura realidade da maior dívida externa do mundo. Já seria uma tarefa gigantesca e impossível só administrá-la. Não é possível minimizar a gravidade do problema, nem pretender aplicar-lhe soluções tópicas ou imediatas. Suas raízes são raízes estruturais. Derivam de condições fundamentais injustas da ordem econômica internacional, que necessitam ser mudadas. A dívida afeta igualmente a todos: a credores e a devedores.

No espaço econômico contemporâneo, a prosperidade de uns não pode indefinidamente coexistir com a carência e o atraso de outros.

Se, no passado, os fluxos internacionais de comércio e investimentos puderam originar-se de situações de dominação, de uma divisão de trabalho imposta de cima para baixo, no presente este tipo de relação tornou-se inaceitável. Tentativas de perpetuá-lo, ou de reeditá-lo sob novas faces, estão condenadas ao malogro e podem multiplicar tensões capazes de comprometer seriamente o equilíbrio internacional.

A partir de 1982, sobretudo, a questão da dívida tem causado gravíssimos problemas aos países devedores. Na América Latina, em particular, a crise da dívida tem sido responsável pelo estancamento e, em muitos casos, pelo retrocesso das economias dos países da região. As estatísticas indicam que, de 1982 para cá, a América Latina pagou, só de juros, cerca de 200 bilhões de dólares. Neste ano de 1988, estarão sendo desembolsados 35 bilhões e 600 milhões de dólares pelos países latino-americanos a título de serviço da dívida. Se, em 1980, a região já apresentava uma relação excessivamente elevada do total da dívida com o Produto Nacional Bruto, da ordem de 35,7%, em 1988, esta relação, segundo a estimativa do Banco Mundial, deve chegar a 57,8%.

Obviamente esta é, sem dúvida, uma situação que não pode perdurar.

Já se tem observado que o problema da dívida não é inédito. O sistema internacional enfrentou no passado situações análogas. O que é inédito é a magnitude verdadei-

ramente asssoberbante do problema. E sobretudo o que é inédito é a presunção de que o peso do ajustamento deva recair quase que exclusivamente sobre os países devedores. Como se fosse possível ignorar que essa questão afeta igualmente devedores e credores e que, portanto, deve ser resolvida em conjunto, harmoniosamente, com base no princípio da co-responsabilidade. Tratar a questão da dívida como se fosse um problema exclusivamente financeiro, uma simples relação entre tomadores e prestadores de recursos, sem outras implicações que não as de ordem contábil, significa ignorar as raízes estruturais do problema.

Significa cuidar apenas das manifestações, não de suas causas. Há muito mais em jogo. O que está em questão, em última análise é a própria viabilidade dos países devedores. Seus planos de desenvolvimento econômico-social. Sua estabilidade institucional e seu futuro como nações.

No mundo interdependente de nossos dias, nenhum país pode aspirar à autarquia, nem pretender assegurar sua prosperidade a expensas de outros. Nenhuma nação, ou grupo de nações, pode agir como se seus interesses unilaterais estivessem acima do interesse coletivo. A estabilidade do sistema internacional e o crescimento da economia mundial dependem de um relacionamento harmonioso entre as partes, de uma repartição justa de direitos e obrigações, de uma distribuição equitativa da riqueza em nível internacional.

O prolongamento indefinido da crise da dívida gera profundas incertezas e pode conduzir a sérias dificuldades para a comunidade internacional, que afetarão igualmente a todos os países.

Minha preocupação maior é o potencial de tensão que ela encerra e que será sempre uma ameaça a um clima de harmonia internacional. Os países industrializados hoje concordam que a paz mundial passará pela erradicação desses potenciais de confronto.

Torna-se essencial antecipar-se a um desfecho indesejável. Agir antes que ele se torne inevitável.

O Brasil tem atuado com extrema responsabilidade no trato da questão da dívida. Consciente de seu peso, das

conseqüências de suas decisões, o Brasil vem buscando sensibilizar a comunidade internacional para a necessidade de medidas urgentes que assegurem a regularização dos fluxos financeiros, de modo a garantir a manutenção do seu desenvolvimento econômico e, por conseqüência, de sua estabilidade social, política e institucional.

Desde que eu assumi o Governo, dediquei atenção prioritária a este problema. Na questão da dívida está em jogo o próprio futuro do modelo de desenvolvimento econômico adotado pela sociedade brasileira. Nossa opção pela economia de mercado pressupõe a continuada abertura ao exterior e a preservação dos fluxos de comércio e investimentos internacionais.

A imposição de uma carga excessiva do serviço da dívida inviabilizaria a manutenção desses fluxos em níveis adequados. Isto, por sua vez, comprometeria o modelo econômico, ensejando conseqüências imprevisíveis nos planos social e político-institucional, que não seriam do interesse do Brasil, nem, acredito, de seus principais parceiros.

Minha visão deste problema e a orientação que imprimi ao Governo estão expressas ao longo de sucessivos pronunciamentos. Na primeira reunião ministerial que presidi após o falecimento do Presidente Tancredo Neves, afirmei que o Governo não repudiava os seus compromissos financeiros; que iria honrá-los, buscando ajustá-los a prazos e condições compatíveis com as exigências do nosso desenvolvimento. Manifestei então expressamente a decisão de buscar a renegociação de nossos compromissos financeiros, com realismo e objetividade.

Em diversas ocasiões reiteirei a firme decisão de jamais assumir compromissos em relação à dívida que o País não pudesse cumprir.

Sempre manifestei a convicção de que a questão da dívida externa tem dois patamares: um patamar financeiro, que diz respeito à negociação direta com os bancos e instituições credoras; e outro patamar, o patamar político, de governo a governo, que tem a ver com um conjunto de decisões ligadas ao universo econômico em que se operam as relações entre os Estados.

Desde logo afirmei a necessidade de uma revisão profunda da ordem econômica internacional, sem a qual seria impossível encontrar soluções justas e duradouras para a questão da dívida.

Expus claramente essa visão perante a Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1985. Alerttei para a necessidade de se reestudar o quadro vigente e de se promover um reordenamento econômico internacional. Frisando que o Brasil não desejava fazer da dívida uma questão ideológica ou de confrontação, reafirmei a tradição de cumprir fielmente os nossos compromissos e exortei a comunidade internacional a procurar conosco uma solução, não necessária ou exclusivamente a das leis de mercado.

Juntamente com nossos parceiros latino-americanos, trabalhamos com base no consenso de Cartagena para fazer valer estes objetivos que correspondem às percepções e aspirações de toda a região. Sabemos que, ao lutar por uma solução para o problema da dívida externa, estamos também lutando pelo fortalecimento da democracia em nossos países.

Quando, em fevereiro de 1987, anunciei a suspensão do pagamento dos juros aos credores privados, deixei claro que a medida era temporária e que visava a preservar as nossas reservas.

Ressaltei então a determinação de criar condições adequadas para que a questão da dívida pudesse ter um encaminamento definitivo. Uma solução duradoura, que resultasse de um entendimento amplo e justo, e que criasse estabilidade.

Reunido em Acapulco, com os presidentes latino-americanos do mecanismo permanente de consulta e concertação política, chegamos a um consenso que bem reflete a visão solidária dos países da região diante de um problema que nos afeta igualmente. Reconhecendo que as soluções até então encontradas representavam paliativos temporários, enfatizamos a necessidade de ações concretas, capazes de pôr em prática o princípio da co-responsabilidade entre credores e devedores e que incorporassem o reconhe-

cimento da indispensabilidade do crescimento sustentado dos países devedores.

Orientei pessoalmente todo o processo de negociação que culminou com o acordo entre o Brasil e os bancos credores, a aprovação de nossos pleitos junto ao Fundo Monetário Internacional, ao Banco Mundial e ao Clube de Paris, e a concessão do empréstimo-ponte pelos países industrializados. Tomei decisões graves, em circunstâncias particularmente muito difíceis. Ademais, tomei medidas destinadas a ensinar a modernização da economia brasileira, propiciando-lhe maior poder de competição e abrindo-a decididamente ao exterior. Promovi transformações substanciais e de longo alcance na economia brasileira, de maneira a torná-la mais eficiente e mais apta a concorrer no cenário internacional. Creio haver demonstrado inequivocamente minha determinação de tratar a questão da dívida externa sem emocionalismo, sem preconceitos ideológicos ou doutrinários de qualquer espécie, e sem qualquer intuito de confrontação.

Assumo plena responsabilidade pessoal por todas as decisões tomadas ao longo deste processo. Guardei coerência com as minhas convicções, nestes anos todos em que, embora sob diferentes ministros, as ações do Governo se orientaram invariavelmente para a busca de soluções negociadas para o problema da dívida externa.

Os acordos ora celebrados pelo Brasil são inegavelmente um passo na direção certa. A firmeza de nossa posição negociadora e a coerência que imprimimos às nossas postulações possibilitaram o encontro de termos favoráveis. Existem razões para que nos felicitemos por este resultado auspicioso.

Quero neste instante congratular-me e agradecer ao ministro Maílson da Nóbrega pelo patriotismo e pela competência com que conduziu essas negociações.

Quero assegurar enfaticamente que os compromissos ora assumidos pelo Brasil serão fielmente honrados. Cumpriremos de boa-fé nossas obrigações. Esperamos o mesmo de nossos parceiros.

As negociações foram longas e difíceis. Creio, porém, ter ficado patente o desejo do Brasil de evitar o confronto e privilegiar sempre o diálogo.

Mantivemos ao longo de todo o processo negociador uma linha objetiva e equilibrada. Meu Governo evitou criteriosamente explorar a questão da dívida para fins demagógicos ou para fins populistas. Procurei não exacerbar os antagonismos latentes, cuja extensão, porém, não quero minimizar.

Assim procedi — apesar de fortes pressões internas e externas contrárias — por estar convencido de que uma atitude serena e construtiva constitui o melhor caminho para o encontro de soluções negociadas.

Não propiciamos jamais a formação de um cartel de devedores. Abstivemo-nos de qualquer iniciativa que pudesse ser interpretada como conduzente a tal objetivo. Cremos, pois, dispor de autoridade para reivindicar que nossos parceiros credores tampouco atuem como um cartel. Que não busquem soluções predicadas na força, nem na imposição. Que, ao contrário, somem às nossas as suas capacidades de imaginação e as suas vontades políticas, para que, juntos, encontremos, com base no consenso, soluções duradouras para essa questão.

O Brasil chegou a um *modus vivendi* com seus credores. Trata-se de um passo muito importante, que permite a retomada de nossa plena participação na comunidade financeira internacional. Isto constitui — repito — motivo de uma grande satisfação.

Estamos, porém, conscientes — e espero que nossos parceiros também estejam — de que o problema da dívida, em suas dimensões estruturais e de longo alcance, não está resolvido. O desafio que experimentamos com os acordos ora alcançados não deve obscurecer a necessidade imperiosa de medidas de longo alcance capazes, estas sim, de resolver satisfatória e definitivamente a questão da dívida, em termos do interesse recíproco de devedores e de credores.

O Brasil — como os demais países latino-americanos que suportam o ônus principal do problema da dívida —

não pode permanecer indefinidamente na condição de exportador líquido de capital. A médio e longo prazos, a persistência dessa situação conduzirá inevitavelmente a um colapso de dimensões imprevisíveis e de conseqüências tão danosas para os que devem, como para os que querem receber.

Não é justo, nem aceitável, que o peso do ajustamento permaneça quase que exclusivamente a cargo dos devedores. Torna-se lícito esperar, por parte de nossos principais parceiros envolvidos, países com os quais o Brasil mantém sólidos e importantíssimos fluxos de comércio e investimentos, uma contrapartida efetiva de atitudes e políticas positivas.

O Brasil está — e estará sempre — preparado para tomar internamente as medidas necessárias ao ajustamento de sua economia, atendidos os imperativos de Segurança Nacional e o objetivo inalienável de preservar as conquistas da sociedade brasileira e seus legítimos anseios de progresso e de bem-estar.

Atravessamos grandes dificuldades e tomamos medidas corajosas. Fizemos um esforço extraordinário nesses anos. Estamos fazendo sacrifícios importantes. Está na hora de a comunidade internacional dar mostras de compreender nossos gestos. O Brasil está fazendo a sua parte. E nós esperamos o mesmo de nossos parceiros.